



**Relatório relativo à participação da Assembleia da República no  
Evento de Retorno de Informação aos Cidadãos sobre a  
Conferência sobre o Futuro da Europa  
Parlamento Europeu (Bruxelas),  
02 de dezembro de 2022**

- *Delegação da Assembleia da República*

*Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Luís Capoulas Santos (PS)*

*Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Paulo Moniz (PSD)*

*Membro da Comissão de Assuntos Europeus, Deputada Isabel Meirelles (PSD)*

- *Assessoria*

Catarina Ribeiro Lopes, Representante da AR em Bruxelas

Liliane Sanches da Silva, Assessora Parlamentar da Comissão de Assuntos Europeus

**ENQUADRAMENTO**

Teve lugar, no dia 2 de dezembro de 2022 no Parlamento Europeu em Bruxelas, o evento de retorno de informação aos cidadãos sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa (CoFE), de cujo programa constavam os seguintes pontos:

- **DISCURSO DE BOAS-VINDAS DA PRESIDENTE DO PARLAMENTO EUROPEU, ROBERTA METSOLA**

Na sua alocução inicial, a Presidente do Parlamento Europeu, Roberta Metsola, começou por referir a importância da CoFE e de dar seguimento às suas conclusões. Informou ainda sobre os trabalhos desenvolvidos pelo Parlamento Europeu neste contexto, em particular, a Comissão dos Assuntos Constitucionais que está a preparar um relatório sobre as propostas da Conferência, cuja apresentação está prevista para a Primavera de 2023. Deu nota de que desde a sua eleição, os encontros que mantêm

têm sido caracterizados pelo debate dos vários temas constantes do relatório final da CoFE, tais como, maior transparência no processo de tomada de decisão, alterações climáticas, independência energética, mais economia social e justiça, estabelecimento de uma União para a Saúde, migrações e a revisão do sistema comum de asilo, o futuro dos jovens e a idade mínima de voto, a União Europeia (UE) no mundo, uma união de segurança e defesa e a independência e liberdade dos meios de comunicação social. Mencionou que, embora o programa de trabalho da Comissão Europeia (PTCE) para 2023 preveja a implementação de algumas das propostas finais da CoFE, se para a concretização das restantes for necessário abrir uma Convenção para a revisão dos Tratados, deve avançar-se nesse sentido. Referiu ainda que o alargamento da União implica a adaptação da UE de acordo com a integração dos novos membros e concluiu ressaltando a importância do diálogo com o cidadão, ao qual deve ser dada continuidade.

– **PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS – O QUE APRENDEU DURANTE A COFE – INTRODUÇÃO PELOS CIDADÃOS**

Intervieram neste momento os cidadãos representantes e embaixadores dos painéis de cidadãos, que caracterizaram a experiência como enriquecedora, ressaltando o contributo para uma melhor perceção sobre o que é a União Europeia e as suas instituições, bem como o seu papel neste contexto. Foi também mencionada a importância de implementar as medidas da CoFE ou, não o sendo, de serem conhecidas as razões que impossibilitam essa concretização, por forma a reforçar a confiança no projeto europeu.

– **APRESENTAÇÃO DAS REAÇÕES DOS REPRESENTANTES POLÍTICOS DO PARLAMENTO EUROPEU, DO CONSELHO E DA COMISSÃO EUROPEIA**

Interveio neste ponto *Guy Verhofstadt* em representação do Parlamento Europeu, que destacou a referência à guerra na Ucrânia no âmbito da CoFE por iniciativa dos cidadãos, dando nota das temáticas que, atendendo à sua atualidade, justificam a implementação dos resultados da CoFE, tais como a migração, a política externa e de defesa e a transição energética. Referiu o trabalho desenvolvido pela Comissão Europeia no âmbito do PTCE sobre a concretização das medidas, ressaltando, no entanto, que se trata de uma responsabilidade partilhada entre as três instituições: Conselho, Comissão Europeia e Parlamento Europeu. Nesta medida, referiu a necessidade de implementar todas as medidas pelo que, para o efeito, deverá abrir-se uma Convenção para a revisão dos Tratados e alterar as competências da União Europeia, no que respeita, por exemplo, ao estabelecimento de uma União para a saúde ou à regra da tomada de decisões por unanimidade. Mencionou, por último, a importância de promoção de um trabalho conjunto entre as instituições europeias e os Parlamentos Nacionais, esperando que no próximo ano volte a ter lugar um evento que permita conhecer o ponto de situação sobre a

implementação das medidas; **Mikuláš Bek**, em representação do Conselho da União, referiu o papel desta instituição no processo legislativo europeu, em conjunto com as restantes instituições. Informou que o Conselho procedeu à análise, através de um relatório, das propostas e medidas resultantes da CoFE, tendo chegado a duas conclusões principais: um número significativo de medidas da CoFE vai ao encontro de medidas já em vigor ou previstas e, outro número significativo de propostas, pode ser implementado ao abrigo dos atuais Tratados, não estando dependentes da sua revisão. Deu nota de que em meados de dezembro será apresentada uma declaração conjunta sobre o seguimento das medidas e concluiu referindo que as conclusões cuja implementação implicam alterações aos Tratados são diminutas, devendo o Parlamento Europeu apresentar todas as suas propostas de revisão, para que o Conselho possa despoletar o procedimento previsto no artigo 48.º do Tratado da União Europeia; **Dubravka Šuica**, em representação da Comissão Europeia, aludiu ao ceticismo existente quanto ao sucesso da CoFE, um exercício que demonstrou a importância de promover a participação dos cidadãos, cabendo, agora, dar retorno da informação aos cidadãos sobre o ponto de situação da implementação das medidas. Deu nota das ações adotadas pela Comissão neste sentido, destacando que 35 das propostas constantes do PTCE correspondem a 85% das medidas da CoFE e consubstanciam uma resposta às conclusões da Conferência. É importante reforçar a participação ativa dos cidadãos, garantindo que ninguém nem nenhum território fique para trás.

#### – INTERCÂMBIO DE PONTOS DE VISTA COM OS CIDADÃOS

Seguiu-se o debate com a intervenção dos cidadãos e resposta dos diferentes representantes das instituições europeias, durante o qual foram abordados temas como a implementação dos resultados da CoFE e a necessidade de alteração aos Tratados, a influência da guerra da Ucrânia na concretização destas medidas, a segurança e independência energéticas, a inclusividade dos cidadãos, a promoção da educação cívica, o papel dos jovens na UE, a revisão do salário mínimo e a renumeração dos estágios, a relação entre a competitividade e o crescimento económico da União e a sustentabilidade, o ambiente, a biodiversidade, a economia verde, circular e azul, a solidariedade intergeracional e as alterações climáticas. Aludiu-se, também, ao estabelecimento de um direito à saúde e à promoção de uma maior consciencialização da opinião pública para as questões relacionadas com a saúde mental, às políticas de migração (distribuição e integração), às sanções aplicáveis à violação de direitos humanos e aos custos associados à realização da CoFE. Os cidadãos mencionaram, ainda, o acesso à internet e o investimento em infraestruturas, a cobertura do evento pelos meios de comunicação social e a influência do exercício subjacente à CoFE nos métodos de trabalho das instituições europeias.

Em resposta às questões levantadas, intervieram **Mikuláš Bek** que referiu o trabalho desenvolvido pelo Conselho na apreciação dos resultados da CoFE, mencionando que os membros daquela instituição

não se opõe à revisão dos Tratados, desde que em momento próprio. Informou sobre as diversas iniciativas europeias, nomeadamente a Diretiva sobre salários mínimos adequados, a Estratégia do Prado ao Prado e o Objetivo 55, destacando também o financiamento em matéria climática, a bússola estratégica, a universalidade do acesso à saúde, a importância das infraestruturas digitais, a participação dos cidadãos nos processos de tomada de decisão e a política de migração, informando que o Conselho está a elaborar o conceito de solidariedade e responsabilidade flexíveis; **Dubravka Šuica** e **Maroš Šefčovič**, em representação da Comissão Europeia, destacaram o papel do PTCE na implementação das conclusões da CoFE e a pertinência da alteração aos Tratados e consequente abertura de uma Convenção, relativamente à qual a Comissão Europeia é favorável. Referiram as alterações climáticas, a neutralidade carbónica, a saúde mental, a independência energética, o recurso a energias limpas e a diminuição da dependência do gás estrangeiro, a importância de existir um espaço europeu aberto através da inclusão de cidadãos selecionados aleatoriamente para integrar os painéis de cidadãos da Comissão Europeia sobre propostas de iniciativas. Enumeraram os objetivos de medidas como o Regulamento das Baterias e Resíduos, o Plano de Ação para a Democracia, a Comunicação sobre a realização de um Espaço Europeu da Educação até 2025 e a Estratégia Europeia de Prestação de Cuidados. Mencionaram, também, o novo Pacto sobre Migração e Asilo e a inclusão da facilitação do reconhecimento de qualificações como forma de facilitar a integração de migrantes, a análise do primado do direito na Polónia no relatório de 2022 sobre o Estado de direito, a ativação da Diretiva Proteção Temporária a favor dos refugiados da Ucrânia e a gestão das consequências da guerra da Ucrânia na UE; em representação do Parlamento Europeu, intervieram **Othmar Karas**, **Primeiro Vice-presidente** e os deputados **Vangelis Meimaraki**, **Sandro Gozi**, **Gabriele Bischoff**, **Niklas Nienab**, **Helmut Scholz**, **Gunnar Beck**, **Hildegard Bentele** e **Domènec Ruiz Devesa** que referiram a criação de um exército europeu, a revisão da regra da unanimidade no Conselho aplicável aos domínios da defesa e energia, o papel da UE no mundo, o reforço dos poderes do Parlamento Europeu, a democracia participativa, o combate à inflação e ao aumento dos preços, a melhoria igualdade salarial entre géneros, a defesa do pilar social, a garantia do Estado de direito e mecanismo de condicionalidade, o estatuto do cidadão europeu, a responsabilidade da UE em matéria de emissões, as migrações, o orçamento da UE, a democratização da União Europeia e a promoção da continuação da participação da sociedade civil no âmbito do seguimento dado às conclusões da CoFE.

#### – PARTILHA DE EXPERIÊNCIAS

Seguiu-se o momento de partilha de experiências, que teve início com a intervenção do representante da Conferência dos Órgãos Especializados em Assuntos da União dos Parlamntos da União Europeia (COSAC), Deputado Luís Capoulas Santos, que, na sua intervenção, referiu a importância da realização do presente evento e de prestar informação aos cidadãos, permitindo conhecer o

seguimento que vem sendo dado às conclusões da Conferência. Em seguida, destacou o trabalho desenvolvido pela Presidência portuguesa neste contexto e que permitiu dar início aos trabalhos da CoFE, cuja reunião do Conselho Executivo ocorreu, pela primeira vez, a 24 de março de 2021 e que contou com a participação da COSAC. Destacou a realização, sob a égide da Presidência portuguesa, das primeiras reuniões da componente dos Parlamentos nacionais para articulação das posições e expectativas relativamente à Conferência e ressaltou, enquanto méritos da CoFE, o facto de contribuir para o exercício de democracia direta pelos cidadãos, conferindo-lhes a possibilidade de expressar as suas opiniões e preocupações; e de promover o diálogo entre os cidadãos, os representantes eleitos e a sociedade civil sobre os problemas, desafios e possíveis soluções para o futuro da Europa. Deu nota dos temas discutidos durante a CoFE tais como as competências da União Europeia em matéria de saúde, as alterações climáticas, as migrações, o processo de tomada de decisão e o fortalecimento do papel dos Parlamentos nacionais, mais referindo, quanto a estas instituições, a importância do seu envolvimento, bem como da troika COSAC, nos trabalhos da Conferência, assegurando a participação de Deputados nacionais. Ressaltou que os tópicos da CoFE têm sido debatidos no âmbito da COSAC, através dos respetivos relatórios bianuais, e que os Parlamentos nacionais promoveram o seu debate nacional, através da realização de debates centralizados nos quais, no caso de Portugal, participaram o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia, as representações do Parlamento Europeu e da Comissão Europeia em Lisboa, a Associação de Municípios, o Conselho Económico e Social e o Conselho Nacional de Juventude. Destacou ainda a realização, pela Assembleia da República no dia 2 de novembro, de uma Conferência Interparlamentar sobre as medidas da Conferência sobre o Futuro da Europa que exigem alterações aos Tratados, estando agora previsto promover a monitorização do seguimento dado às propostas da CoFE, por forma a honrar as expectativas dos cidadãos. Afirmou, por último, que os cidadãos podem contar com os Parlamentos nacionais para continuar a implementar aquilo que é uma das principais recomendações da Conferência, nomeadamente aproximar cada vez mais estes debates dos cidadãos e assegurar que a democracia direta e a democracia representativa são complementares. Concluiu destacando a guerra na Ucrânia e a importância de promover os valores europeus.

Seguiram-se as intervenções dos representantes do Comité das Regiões Europeu, do Comité Económico e Social Europeu, dos Parceiros Sociais e da Sociedade Civil, que mencionaram o reforço da dimensão territorial das políticas europeias através de um maior e melhor fluxo de informação entre instituições e cidadãos, a importância de obter resultados concretos das decisões e de dar seguimento às conclusões do CoFE, a revisão dos Tratados e a abertura de uma Convenção, o envolvimento da sociedade civil nos processos de tomada de decisão que devem ser mais transparentes, a pertinência da

participação cidadã, a transição justa, o princípio do «*human in control*», a promoção de um projeto social que garanta os direitos sociais, e a erradicação da pobreza.

– **REAÇÕES DOS CIDADÃOS E RESPOSTAS DOS REPRESENTANTES POLÍTICOS DAS TRÊS INSTITUIÇÕES**

No seguimento da realização dos grupos de debate com a participação dos cidadãos sobre os tópicos da Conferência, a sessão da tarde foi dedicada à apresentação das respetivas conclusões e recomendações, a que se seguiu o período de debate que focou temas como a necessidade de ações concretas da União Europeia, a inclusão dos cidadãos no processo de seguimento da concretização das medidas da CoFE e a insuficiência de informação concedida pelas instituições a este respeito, a tomada de decisões por unanimidade, a cláusula *passerelle*, a promoção de uma maior cobertura de imprensa do trabalho desenvolvido no âmbito da CoFE, alterações climáticas, as migrações e a relação com a guerra na Ucrânia, o salário mínimo europeu e a implementação dos princípios democráticos na Hungria.

Em resposta às questões apresentadas, o Vice-Presidente da Comissão Europeia **Margaritis Schinas** aludiu ao financiamento e recursos disponíveis da União para a implementação das medidas, inclusive as previstas nas conclusões da CoFE, os mecanismos de informação aos cidadãos disponibilizados pela Comissão como por exemplo o portal «Have Your Say» e a política de asilo e migrações. Em representação do Parlamento Europeu, intervieram os Deputados **Marc Angel**, **Gabrielle Bischoff**, **Alin Mituta**, **François Alfonsi** e **Gunnar Bek** que destacaram matérias como a responsabilidade tripartida das três instituições europeias na concretização das medidas da CoFE e as migrações (revisão da diretiva autorização única e salvaguarda para o tratamento igualitário e combate à exploração diretiva longo prazo, tratamento humano dos cidadãos), o salário mínimo europeu e o papel dos Estados-Membros, medidas aduaneiras e melhores salários, o envolvimento dos cidadãos nas medidas adotadas pela Comissão Europeia através da criação de um mecanismo de consulta permanente, a abertura de uma convenção para revisão dos Tratados, os recursos próprios, a cláusula *passerelle*, o direito de asilo, e as alterações climáticas; **Mikuláš Bek**, aludiu à regra da maioria para a tomada de decisões no Conselho e o regime excepcional da tomada de decisões por unanimidade e ao trabalho desenvolvido pelo Conselho de forma detalhada sobre a implementação das medidas e sua relação com o PTCE, sobretudo em matéria de prazos. Deu nota, por último, que em dezembro, o Conselho Europeu deverá priorizar o debate de questões tais como energia e segurança.

#### – OBSERVAÇÕES FINAIS DAS TRÊS INSTITUIÇÕES

Após a entrega de certificados de participação, nas suas intervenções finais, os representantes das instituições europeias *Guy Verhofstadt, Margaritis Schinas e Mikuláš Bek*, referiram a importância da democracia participativa e da sua continuação, bem como da legitimidade democrática do processo de decisão, o ponto de situação sobre a concretização das medidas da CoFE nas três instituições e a sua publicitação junto aos cidadãos, os valores da União Europeia, o combate à inflação através de uma União da Energia e o fortalecimento da União Europeia. Focaram, também, a publicitação de informação sobre a União Europeia e a comunicação institucional, o retorno de informação aos cidadãos, sobretudo no desenho das políticas que contribuem para uma Europa melhor, a execução orçamental e a transparência, e a instrumentalização de migrantes.

A reprodução integral em vídeo do evento está disponível em linha, no [centro multimédia do Parlamento Europeu](#).

#### REUNIÃO DA COMPONENTE DOS PARLAMENTOS NACIONAIS

Teve ainda lugar, no mesmo dia, uma reunião organizada pela Presidência checa do Conselho da União, que contou com a participação da componente dos Parlamentos nacionais, tendo em vista o intercâmbio de pontos de vista sobre as conclusões da CoFE e a sua concretização. Abriu a reunião Jíka Seitlová do Senado do Parlamento checo que, após os habituais cumprimentos, aludiu à inclusão dos Parlamentos nacionais na Conferência sobre o Futuro da Europa, e deu nota do recebimento de uma carta remetida pelo Senado francês, na qual se ressalva a importância do papel dos Parlamentos nacionais, concluindo pela necessidade de uma maior participação dos cidadãos e da prestação de mais informação ao público. Foi ainda feita referência a algumas questões que se encontram em aberto de acordo com o relatório bi-anual da COSAC, nomeadamente a harmonização da idade de voto, as listas transnacionais, o «*spitzenkandidat*», o recurso ao cartão verde e a revisão dos Tratados.

Seguiu-se o período de debate durante o qual os intervenientes referiram o papel dos Parlamentos nacionais, o reforço da União em áreas políticas através da revisão dos Tratados, a continuidade da participação dos Parlamentos nos eventos de retorno de informação sobre a concretização das medidas, uma vez que estes resultados deverão ser transpostos para a legislação nacional, as listas transnacionais, a regra da unanimidade, a saúde mental, a toxicod dependência e crimes associados, transição verde e digital, a solidariedade europeia, o protocolo da Irlanda do Norte, o reforço das instituições europeias e as eleições, a política externa e de segurança, a promoção dos direitos e valores europeus nas relações com os Estados terceiros, a abertura de uma Convenção e o apoio à Ucrânia e às mulheres iranianas.

Interveio o Deputado Luís Capoulas Santos que, após felicitar o trabalho desenvolvido pela dimensão parlamentar da Presidência checa, deu nota da realização, pela Assembleia da República, de uma conferência interparlamentar com o objetivo de discutir as propostas da CoFE que implicam alterações aos Tratados, tendo referido que os Grupos Parlamentares que participaram na mesma manifestaram dúvidas quanto ao momento e oportunidade atuais para a revisão dos Tratados ainda que não se oponham à abertura da Convenção. Ainda sobre as conclusões da CoFE, informou que a Comissão de Assuntos Europeus da Assembleia da República vai proceder, durante o próximo semestre, ao acompanhamento do seguimento que tem sido dado as medidas pelas instituições europeias e concluiu sugerindo que este mesmo acompanhamento pudesse ser realizado no âmbito da COSAC, durante a próxima Presidência do Conselho, retirando-se as respetivas consequências políticas.

Interveio, também, a Deputada Isabel Meirelles que aludiu aos resultados da CoFE, ressaltando que este exercício demonstrou a vontade dos cidadãos em melhorar a União Europeia, através de medidas que impactem o seu quotidiano, sublinhando, neste sentido, a pertinência em concretizar, pelo menos, as medidas que não implicam alterações aos Tratados. Mencionou a importância de os Parlamentos nacionais estarem envolvidos nas reuniões sobre o seguimento dado às conclusões da CoFE bem como a necessidade da União apoiar as famílias e empresas através da adoção de medidas de combate à inflação.

Interveio o Deputado Paulo Moniz que referiu que o exercício subjacente à CoFE surgiu antes da guerra na Ucrânia, que deu origem a um contexto bélico que demonstrou que é preciso reforçar a autonomia energética e industrial, enquanto garantia do futuro da Europa e forma de manter a União Europeia, promovendo os seus valores.

Assembleia da República, 3 de janeiro de 2023.

O Presidente da Comissão de Assuntos Europeus



(Deputado Luís Capoulas Santos)